

Governo planeja reestruturação da dívida pública em janeiro

FMI considera medida essencial para reduzir “vulnerabilidade” do país a choques externos

EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – Reduzir a vulnerabilidade externa é um dos compromissos que o governo Luiz Inácio Lula da Silva assumiu para que o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovasse a renovação do acordo por mais 15 meses. A equipe econômica deve divulgar em janeiro um plano para mudar a composição da dívida interna. Esse plano, segundo nota do FMI, é uma medida essencial para reduzir esta vulnerabilidade. O governo não deu detalhes das mudanças, mas a expectativa é de que envolvam um alongamento do perfil do endividamento. Nos últimos meses, o Banco Central conseguiu reduzir a parcela da dívida pública atrelada ao câmbio de mais de 35% para 24,3%, resgatando integralmente títulos corrigidos pelo dólar. Apesar disso, a dívida segue alta, equivalente a 57,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

O novo acordo com o FMI prevê a liberação de US\$ 14,8 bilhões, dos quais US\$ 6,6 bilhões são recursos novos e US\$ 8,2 bilhões, referentes à última parcela do acordo firmado no ano passado e que não será sacada este ano. A meta de superávit primário (receita menos despesas excluindo gastos com juros) foi mantida em 4,25% do PIB para o próximo ano.

Como o Brasil fará uma economia superior a 4,25% do PIB neste ano, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, admitiu que poderá ser feita uma economia menor em 2004. Na média dos dois anos, no entanto, o superávit primário será de 4,25%.

O montante poupado este ano corresponde a quase R\$ 66 bilhões. No ano que vem, o montante sobe para R\$ 71,5 bilhões. Até setembro, a folga do superávit primário era de R\$ 2,9 bilhões.

O governo se comprometeu com o FMI a aplicar todo esse dinheiro da economia extra na área de saneamento. Um dado novo é que mesmo que não ocorra folga do superávit neste ano, os R\$ 2,9 bilhões direcionados para o sanea-

mento ano que vem poderão ser abatidos integralmente da economia prevista para 2004. É algo similar ao que acontece hoje com a Petrobras. Parte dos investimentos da estatal não são computados como gasto na hora de calcular o superávit do país. Segundo Appy, o investimento no setor de saneamento garante rentabilidade para o governo no futuro.

– Não importa qual será a folga do superávit em 2003, temos auto-

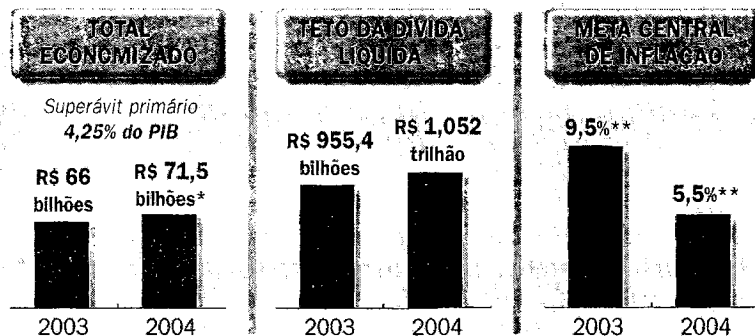
rização para deduzir R\$ 2,9 bilhões no final de 2004 – explicou.

Assim como informara o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ao anunciar a renovação do acordo, Appy reforçou que o governo não tem intenção de sacar os recursos do FMI. O novo acordo, que vai vigorar de dezembro deste ano a fevereiro de 2005, é preventivo contra possíveis turbulências externas ou “eventualidades”. A intenção do governo é que seja o último acordo feito pelo país com o organismo internacional. Desde 1998, esta é a quinta vez que o governo brasileiro recorre à ajuda financeira do FMI.

– O acordo é preventivo. É uma ponte para o encerramento de sucessivos programas do governo brasileiro com o FMI. Não é objetivo do governo sacar as parcelas previstas – afirmou o secretário, que não considera o Brasil vulnerável a choques externos.

Appy também explicou que o objetivo do acordo é abrir espaço para que nos próximos anos seja adotado um regime anticíclico, ou seja, a possibilidade de país produzir um superávit maior quando estiver crescendo e registrar uma economia menor em épocas de desaquecimento econômico. Essa, no entanto, é uma decisão de governo e precisa de aprovação do Congresso Nacional. A Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem já prevê a possibilidade de adoção deste mecanismo em 2005. Segundo Appy, a manutenção do superávit em 4,25% do PIB indica uma redução da relação dívida-PIB para abrir espaço para queda dos juros e crescimento.

Os números acertados com o FMI



* Deste montante, poderão ser abatidos R\$ 2,9 bilhões em investimentos em saneamento

** Com folga de 2,5 pontos percentuais

SAIBA MAIS SOBRE O ACORDO

► Prazo

O acordo será prorrogado por mais 15 meses. Vai vigorar de dezembro de 2003 a fevereiro de 2005

► Vencimentos

Foi acertada a reprogramação dos vencimentos da dívida do Brasil com o FMI. Em 2005, venceriam US\$ 12 bilhões, mas, com o reescalamento, o país precisará pagar US\$ 6,5 bilhões. O valor restante será diluído pelos dois anos seguintes

► Recursos

Está previsto o saque de até US\$ 14,8 bilhões, dos quais US\$ 6,6 bilhões em dinheiro novo e US\$ 8,2 bilhões referentes à última parcela do acordo firmado no ano passado, que não será sacada este ano

► Saneamento

A folga do superávit primário neste ano, que até setembro era de R\$ 2,9 bilhões, será investida na área de saneamento e abatida do montante a ser economizado em 2004